

## **PEC do teto dos gastos fragiliza Assistência Social pública**

Danilo Cardoso\*

A piora na qualidade dos serviços públicos é uma perspectiva bem concreta avaliada o efeito do congelamento dos gastos em serviços públicos pelos próximos vinte anos, conforme instituiu a PEC do teto dos gastos (PEC 241/2016). Com menos recursos do governo federal orçados para educação, saúde, previdência e assistência social, é fácil imaginar uma queda na qualidade de vida da população periférica.

Em cada área, o arrocho deve se manifestar de uma forma; na saúde, o mais flagrante deverá ser o sucateamento dos hospitais públicos, que ficarão mais lotados, com menos profissionais que enfrentarão toda falta de remédios e equipamento para atender seus pacientes, realizar procedimentos e exames. Vai ficar bom para os planos de saúde, ainda mais agora que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), recentemente liberou planos mais precários, com mensalidades mais baixas e cobertura reduzida, como a não exigência no custeio de internação de emergência nas primeiras 24 horas, prazo largos para agendamento de consultas e cirurgias entre outras precariedades.

Também é fácil imaginar o que se anuncia com o congelamento nos investimentos no sistema público de educação; escolas ainda mais lotadas, mal equipadas, com professores e funcionários mal remunerados ou sob regime de

trabalho cada vez mais precário e instável, piora nas refeições dos estudantes e redução dos dias obrigatórios nas escolas, como na proposta de Temer, em que até 40% do ensino médio poderá ser realizado a distância.

A assistência social do Estado, dentro dessa perspectiva, será cada vez mais rala com o congelamento do orçamento, tornando maior a influência de iniciativas particulares, Ongs, organizações criminosas e Igrejas que, amparando a população conforme seus critérios, ou até sendo apenas referência de quem ajuda na “quebrada”, acabariam por exercer um efeito corrosivo na noção de cidadania nas periferias, principalmente por conta da não universalidade dessas ações, além de tornar esses territórios mais vulneráveis para a instalação de poderosas relações de poder por meio do clientelismo.

Vamos lembrar que foi a partir da Constituição de 1988 e principalmente com a Lei Orgânica de Assistência Social<sup>1</sup> (LOAS) que a assistência passou a ser um direito, como política universal, de todo cidadão. Tais leis apontam para a centralidade do Estado na garantia da prestação de serviços sociais qualificados, que promoveriam um padrão de cidadania garantido pela lei.

Entre estudiosas do Serviço Social, como SPOSATI, PAOLI, YASBEK e ABRAMIDES, se pontua que assistência social seria uma forma de ajuda ou

---

<sup>1</sup> Lei Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993.

subsídio que pode ter natureza técnica, financeira, material, psicológica etc. O assistencialismo faz dessa transferência uma relação de poder que subalterniza quem tem a necessidade: ele passa a dever um favor ao intermediador da possibilidade.

A falta de investimento do Estado nesse setor deixa mais distante a perspectiva de universalização da assistência, colocando direitos constitucionalmente afiançáveis no campo do favor e da solidariedade, em uma relação que, sob aparência da inclusão, reitera a exclusão, pois inclui de forma subalternizada e oferece como favor o que na verdade é um direito. Nesse mesmo sentido o assistencialismo engendraria uma dupla segregação dos assistidos, reduzindo-os à dependentes da caridade ao mesmo tempo que dificulta ou impede a noção de cidadania entre a população atendida. O fato de a iniciativa de assistência particular selecionar somente alguns beneficiários, até pelo fato de estar longe de possuir recursos o suficiente para serem serviços universais, abertos ao público, acaba por estruturar as bases para a instalação de relações clientelistas, em que os assistidos, escolhidos sob os mais variados critérios, devem lealdade àqueles que de alguma forma os proveem.

O mecanismo que transforma a pobreza em relação de poder por via do assistencialismo já é bastante conhecido e largamente praticado nas periferias

do país, mas com o encolhimento dos serviços públicos, porções cada vez maiores da população pobre ficarão ainda mais vulneráveis a serem reféns dessa modalidade de controle político.

Em 2013, nas comemorações de dez anos do Bolsa Família, a então presidenta Dilma afirmou que o programa varreu "as políticas clientelistas centenárias" do país, enquanto, no começo desse ano, Rodrigo Maia, o presidenciável pelo DEM, talvez o partido que mais tenha perdido com o enfraquecimento do clientelismo desde quando se chamava PFL, criticou o programa em uma palestra em Washington, afirmando ele escraviza e cria dependentes do Estado. O incômodo é compreensível.

A modernização brasileira teve um dos seus mais importantes eixos estruturantes a pobreza, que garantiu a existência de mão de obra barata para se realizar, sendo o seu amparo uma forma de controle ideológico poderosa e eficiente, que com certeza ficou mais difícil com o avanço do padrão de cidadania que os serviços e a assistência social públicos, mesmo que insuficientes, garantiam até então. A falta de investimento nessas áreas, unida à precarização do trabalho e desemprego, nos dão uma perspectiva de fortalecimento dessas práticas; em detrimento de uma política que de fato transforme a realidade das populações mais pobres, poderemos assistir a um crescimento vigoroso de um populismo assistencialista.

\* Danilo Cardoso é mestre em Geografia (USP) e consultor do projeto

Reconexão Periferias.